

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	27028/2023
Estudo Preliminar nº:	05/2023
Secretaria:	Secretaria Municipal de Obras
Setor / Órgão:	Subsecretaria Municipal de Obras
Objeto:	Os estudos preliminares aqui resumidos têm por objeto o subsídio básico para a elaboração de Termo de Referência (TR) para futura contratação de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA.
Equipe Planejamento:	Apoio Técnico: Gilberto Ferreira Ferro
	Apoio Técnico: Willian R. G. Borges
	Edição: Elias José Moreira Sanglard
	De acordo: Bernardo Coelho Verly

2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:
<p>Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)</p>
<p>2.1. Introdução:</p> <p>O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.</p> <p>O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.</p>

2.2. Justificativa:

Nova Friburgo é um município composto por várias bacias hidrográficas, com características montanhosas, é composta basicamente de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos d'água que confluem até resultar um leito único no exultório. Dado o exposto, a dragagem de manutenção em corpos hídricos é necessária para manter a profundidade ao traçado do canal de projeto, ou a calha de corpos hídricos, cuja lâmina d'água é, periodicamente, reduzida devido ao assoreamento.

O serviço de dragagem contribui para minimizar os impactos causados por enchentes decorrentes do transbordamento dos mesmos.

Assim, considerados os serviços de dragagem que têm por objetivo mitigar as inundações decorrentes do transbordamento desses cursos d'água, promovendo melhoria da qualidade de vida da população que vive mais próximo às suas margens, precisamos de local ambientalmente adequado e licenciado para transbordo dos materiais decorrentes dos serviços realizados, o que não dispomos até o momento, sendo necessária a identificação de melhor solução para tanto, que é a contratação dos serviços de disposição final de resíduos, comumente denominado “bota-fora”.

Os demais serviços realizados por esta Secretaria Municipal de Obras por vezes também demandam a disponibilidade de bota-foras licenciados para disposição final de resíduos de forma ambientalmente adequada, e, considerando a indisponibilidade de terreno próprio desta Administração para receber tais resíduos sem impacto negativo em sua ulterior utilização para finalidades construtivas, necessária se faz a contratação para solução do problema.

Hoje, não dispomos de local ambientalmente adequado para disposição final de resíduos de dragagem dos rios e córregos do Município, tampouco disposição de materiais provenientes de limpeza de obras, entulhos, terraplanagens, etc.

Assim, o bota-fora a ser contratado pela Municipalidade deverá ter disponibilidade de recebimento de materiais provenientes de dragagem de rios e córregos com recebimento de material sólido e vegetação, além de materiais de entulho, obras, demolições, terraplanagem, etc.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Conforme apontado no item de justificativa, a Administração Pública Municipal não dispõe de terreno próprio para recebimento dos resíduos provenientes de serviços de desassoreamento de rios e córregos, tampouco provenientes de demolições, obras, etc, o que deve ser solucionado com a contratação de bota-fora.

Considerando que não temos histórico de contratações desta natureza no Município de modo a determinar o volume de serviços que será demandado (volume de material/resíduos a ser dada destinação final adequada), bem como não temos como precisar o volume de serviço que teremos

condições de executar no período de 12 meses, deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação, por demanda.

O serviço contemplará a contratação de bota-fora (disposição final de materiais e resíduos de obras) em locais de operação e disposição final apropriados, devidamente autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, compreendendo o espalhamento do material depositado. **O transporte será realizado pela Administração.**

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do §1º, art. 18 da Lei 14.133/21).

Definição do método para a estimativa das quantidades:

Considerando que **não temos histórico de contratação de serviços desta natureza**, a estimativa de quantidade para **futura e eventual** contratação, representada na memória de cálculo, deverá levar em consideração uma média de serviços que entendemos ser possível executar no período de 12 meses, estimando principalmente os serviços de desassoreamento realizados pela Administração em corpos hídricos principais e secundários (rios e córregos) tais como Rio Santo Antônio, Rio Cônego, Bengalas e demais córregos que afetem diretamente a população de seu entorno, tais como os Córregos de São Geraldo, Varginha, Chácara do Paraíso, etc. Assim, foi estimada a execução de serviços dessa natureza em um comprimento médio de 5km, por uma largura média de 20 metros (maior seção de corpo hídrico no Município) e 0,50m de profundidade. Deverá ser considerada ainda a disponibilidade orçamentária para atendimento das demandas desta natureza.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA PARA AQUISIÇÃO:

Diante da demanda ora enfrentada por esta Secretaria de Obras, não vemos outra alternativa viável senão a contratação dos serviços de bota-fora mediante Sistema de Registro de Preços para execução conforme demanda desta Pasta, uma vez que não disponibilizamos de terreno apto ao recebimento de materiais provenientes de serviços de desassoreamento de cursos d'água, tampouco materiais provenientes de obras públicas, demolições, etc.

Decidimos pela utilização de Pregão Eletrônico, *ex vi legis*, por atender os comandos da novel norma de contratações públicas, adotando o Sistema de Registros de Preços, justamente por não termos condições de dimensionar exatamente o volume de material que deverá ser dada destinação final ambientalmente adequada, exaltando a existência no mercado de diversas empresas que realizam o serviço ora demandado, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação futura.

Assim, deverá ser elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação dos serviços.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SCO/RJ e SICRO2, supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

A opção da escolha do Sistema de Registro de Preços, portanto, é o mais adequado para realização deste certame, melhor se coadunando com o planejamento institucional.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Para levantamento do custo de mercado da contratação, o orçamento será realizado pelo Setor de Orçamento da Secretaria Municipal de Obras, **utilizando-se, principalmente, Planilhas Referenciais, tais como os Catálogos da SCO/RJ e EMOP/RJ.**

Considerando a inexistência de item fechado que contemple a diversidade de material a ser dispensado, contemplando o material com resíduos úmidos, resíduos secos e resíduos com matéria orgânica, deverá ser realizada, pelo Setor de Orçamento, composição para definição do valor a ser atribuído à tonelada de material a ser depositado, estimando-se coeficiente médio para conversão ton/m³.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

As pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, demonstraram que a solução disponível no mercado mais adequada a necessidade é a **Contratação de Empresa especializada para os serviços de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA, mediante Sistema de Registro de Preços pelo menor preço global, pelo prazo de 12 meses, prorrogáveis na forma da lei.**

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes. A solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir for positiva:

1. É tecnicamente viável dividir a solução? **NÃO**
2. É economicamente viável dividir a solução? **NÃO**
3. Não há perda de escala ao dividir a solução? **NÃO**
4. Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? **NÃO**

Assim, considerando que o pregão será realizado pelo menor preço global, considerando que a solução contempla um único serviço a ser realizado, o não parcelamento da solução se torna prejudicado, não afetando em nenhum momento a competitividade, não se aplica tal item de parcelamento.

Demais disto, cumpre trazer o Acórdão nº 75.681/2022 Plenário do TCE/RJ que dita que a definição da divisibilidade ou não por lotes, ou itens na licitação, insere-se no âmbito da discricionariedade administrativa, competindo ao gestor público avaliar na fase de planejamento, qual meio atender ao interesse público.

No mais, o não parcelamento dos serviços é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Com essa contratação feita pelo município, objetiva-se por fornecer uma área de bota-fora em locais de operação e disposição final apropriados, devidamente autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, de modo a receber os resíduos sólidos oriundos da dragagem de manutenção e/ou desassoreamento bem como de serviços de demolição, obras públicas, etc.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Consoante a nova legislação vigente, deverá ser considerado a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto contratado, devendo ser realizado pelo Fiscal do contrato com a supervisão do Gestor, o controle efetivo do consumo da ata, informando frequentemente à Gestão sobre os saldos de atas. Este aprimoramento por parte dos servidores Fiscais do contrato é imprescindível para a melhoria do controle das contratações.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não se aplica na presente contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A contratação em tela tem como objetivo justamente a preservação ambiental com a destinação adequada de resíduos sólidos provenientes dos serviços de desassoreamento e dragagem, além dos serviços de obras públicas, demolições, terraplanagens, etc.

Portanto, necessário que os serviços de bota-fora a serem contratados disponham de todas as licenças correlatas, em nome da empresa ou do titular da área que demonstre vinculação contratual com a licitante, sendo certo que eventuais medidas mitigadoras se dão por conta e ordem da futura contratada, em atendimento às condicionantes do seu respectivo licenciamento ambiental.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A aquisição dos produtos, objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desta forma, declaramos a viabilidade da Contratação de Empresa especializada para os serviços de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA, mediante Sistema de Registro de Preços pelo menor preço global, pelo prazo de 12 meses, prorrogáveis na forma da lei, necessária para atendimento às demandas desta Secretaria de Obras.

14. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/21.

Apoio Técnico:	Apoio Técnico:
 Gilberto Ferreira Ferro Matrícula nº. 100.546	 Willian R. G. Borges Matrícula nº. 62.350
Edição	De Acordo
 Elias José Moreira Sanglard Subsecretário de Obras Especiais Matrícula nº. 100.220	 Bernardo Coelho Verly Secretário Municipal de Obras Matrícula nº. 62.009